

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

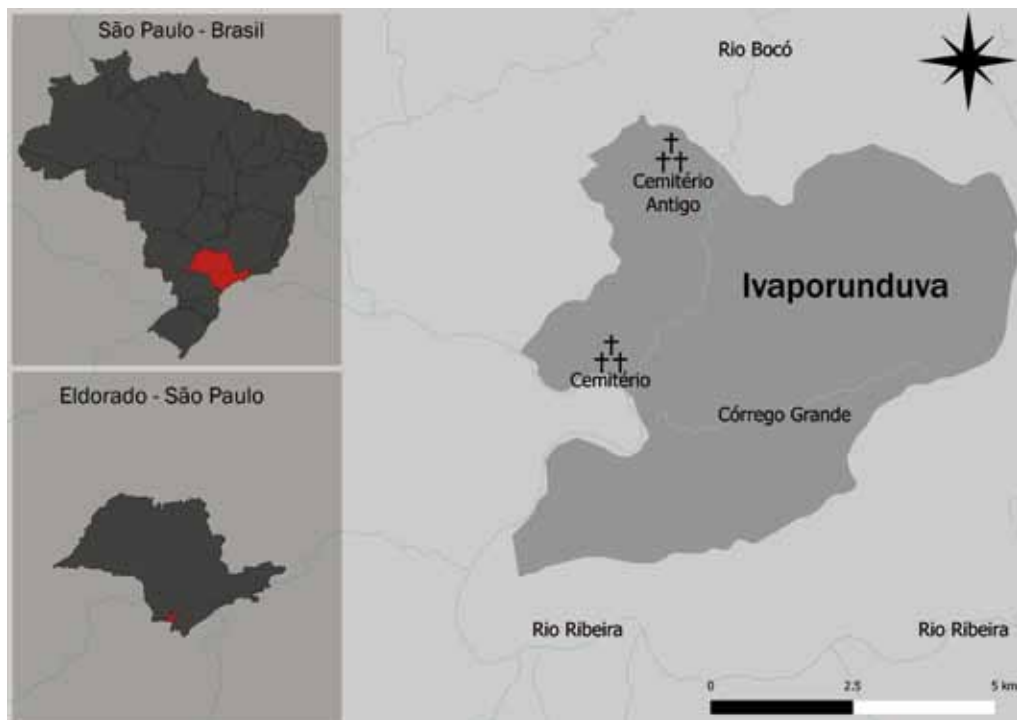
O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Ivaporunduva

Ivaporunduva é um quilombo rural localizado no médio Vale do Ribeira, na margem esquerda do Rio Ribeira, a 55 quilômetros da sede do município de Eldorado, São Paulo. Considerada a mais antiga das comunidades do Vale do Ribeira, é habitada por aproximadamente 400 pessoas, distribuídas em cerca de 110 famílias. A área do território tradicional soma 2.754,36 hectares. Em 2003 a Associação do Quilombo de Ivaporunduva recebeu do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) o título de 672,28 hectares de terras. Em 2010, o INCRA completou a titulação, registrando mais 2.035,12 hectares, em nome da Associação. Chamado localmente de bairro, o território é composto, dentre outros, pelos sítios: Escortezias, Vargem, Bocó, Passagem, Morro Grande, Santo Antônio, Bracinho e Rodrigues.



Ivaporunduva, junto com outras comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, é um exemplo de luta solidária e comum. Unidas, essas comunidades quilombolas conquistaram uma importante mudança na lei ambiental e se tornaram atores reconhecidos no cenário socioambiental do estado de São Paulo.

A história de Ivaporunduva remonta ao século 17, quando dois irmãos chegaram à região, trazendo consigo 10 escravizados para trabalhar na mineração do ouro. Assim, o povoado de Ivaporunduva surgiu antes mesmo de Xiririca (que posteriormente passou a ser chamado Eldorado). No mesmo período, uma senhora de nome Joanna Maria, às vezes citada como Maria Joana, também se estabeleceu ali, a fim de explorar ouro. Segundo o registro no Livro do Tombo da Paróquia de Xiririca, antes de sua morte, Joanna Maria doou suas terras e libertou os escravizados que a serviram. Já os relatos orais afirmam que Joanna Maria teria partido para Portugal, abandonando os escravizados em suas terras.

A lembrança que a comunidade possui é de terem conquistado sua liberdade com lutas e mesmo derramamento de sangue. Os libertos continuaram no local, dando origem ao atual Quilombo de Ivaporunduva. Os primeiros moradores foram as famílias Furquim, Pupo, Marinho, Meira, Vieira, Pedroso, Moraes, Araújo, Machado, Pereira, Santos, Costa e Silva. Em alguns documentos antigos, como livros eclesiais, constam registros de terras em nome desses negros livres. Os livros também indicam a existência de relações de compadrio entre escravizados e negros livres nas proximidades do Rio Ribeira de Iguape.



História da terra

A partir de 1720, a população de Ivaporunduva começou a crescer, com a chegada contínua de mineradores e escravizados. Em 1791, foi inaugurada a Capela de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos, construída durante cinco anos com o trabalho dos escravizados. **A capela de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos fica no centro ou vila da comunidade. A força da devoção à Santa alimenta suas lutas e, ainda hoje, é parte do cotidiano de Ivaporunduva.**

Com a diminuição do ouro, os mineradores abandonaram a região e os escravizados se tornaram livres. Os negros foram constituindo suas famílias e se estabelecendo em locais próximos ao núcleo inicial formado pelos antigos escravizados de Joanna Maria, cultivando ali pequenas roças.

Com o tempo, Ivaporunduva passou a atrair outras pessoas, tanto livres como libertas e fugidas, ficando conhecida como lugar habitado por negros. **A região serviu como núcleo catalizador da formação de outros bairros negros nas margens do Ribeira, cuja ocupação seguiu uma teia formada pelos cursos d'água, importante canal de comunicação entre esses povoados.**

Com a decadência da mineração, a agricultura passou a ser a atividade econômica principal. A demanda por alimentos de outras províncias e a chegada da Família Real no Brasil estimularam o crescimento da monocultura de arroz, que predominou na região em todo o século 19. Era praticada não apenas nas fazendas, como nos agrupamentos onde moravam os negros livres. No final do século 19, entretanto, o cultivo do arroz decaiu e eles passaram a plantar prioritariamente alimentos para o consumo próprio, vendendo apenas pequena parte da produção doméstica.

A ocupação da região por negros livres, libertos ou fugidos criou uma relação de pertencimento com a terra e um modo peculiar de cultivá-la, sem causar muitos danos ao meio natural. Não por acaso, a região do Vale do Ribeira possui o maior reservatório de Mata Atlântica do Brasil, que cobre 80% do território de Ivaporunduva.

Laços com o território

As terras de Ivaporunduva são consideradas propriedade coletiva: terra da Santa N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos. Conhecedores profundos do lugar onde vivem, os quilombolas localizam e identificam cada lugar de seu território pelos tipos de vegetação, as espécies de cada ambiente e as diferenças entre as paisagens.

Em Ivaporunduva pratica-se a agricultura de coivara, ou de rodízio, com trabalho familiar. Antes da temporada de chuvas, a família derruba a vegetação rasteira do local escolhido e aproveita o período de seca para empilhar o mato e os galhos retirados em lugares pré-determinados, a fim de que sequem. Após a secagem, a vegetação é queimada e as árvores maiores são derrubadas, seguindo um cuidadoso planejamento, de modo que a derrubada de uma árvore favoreça a queda de outras. Os troncos maiores são semiqueimados. Esse processo é chamado de *fazer verão*, pois acontece antes do período das chuvas. Logo em seguida, é feito o plantio.

Normalmente, planta-se primeiro o arroz junto com o milho, alternando as carreiras. O arroz é colhido cerca de três meses após o plantio e o milho depois de quatro meses e meio. Passada a colheita, o terreno é limpo e, em seguida, planta-se o feijão. Caso o milho não tenha sido plantado anteriormente, junto com o arroz, o feijão é intercalado com o milho. Depois da colheita do feijão, planta-se milho novamente, pois algumas vezes essa plantação pode servir para alimentar os porcos. Depois da secagem do milho, os porcos são soltos na roça e recolhidos apenas quando termina a engorda.

Nas roças, além do arroz, do milho, do feijão, da mandioca, da cana-de-açúcar, do cará e da batata-doce, também são cultivadas hortaliças como a couve, cebola, alface, alfavaca e cebolinha. As frutas cultivadas são o abacaxi, o maracujá e a mexerica. Também planta-se banana pelo sistema orgânico de produção, que passou a ser o principal produto vendido. A venda da produção é feita principalmente pela Associação Quilombola, mas também para comerciantes e atravessadores de Eldorado.

As roças são abertas longe das casas para ficarem afastadas dos porcos e essa distância também decorre da necessidade de fazer o revezamento de terras. As mesmas áreas são cultivadas por três anos e, depois, a roça muda de lugar. Nesse meio tempo, a terra fica em descanso, o que pode durar de três a doze anos, enquanto se desenvolve a capoeira, cobertura vegetal de transição que permite a reconstituição do solo.

A comunidade cria animais de pequeno porte, como galinhas, porcos e patos. Isso ajuda a complementar a dieta e a garantir uma reserva monetária para suprir eventuais necessidades. Cavalos e burros servem para transporte e deslocamentos.

A pesca – caçar peixe – é feita nos rios e córregos que banham o quilombo, principalmente no Ribeira. É preciso saber o momento certo da caça e quais as técnicas a serem usadas em cada caso. Uma das técnicas é a rede de lancear, que é feita por duas pessoas. Cada uma leva uma das pontas e a carregam até conseguirem caçar os peixes. São amarradas varas nas pontas da rede, para firmar. A rede é lançada e assim que

Jardelina Silva, Quilombo Ivaporunduva, prepara cuscuz de arroz. Foto: Felipe Leal/ISA, 2010



Transporte da banana orgânica produzida pela maioria dos agricultores. Foto: Felipe Leal/ISA

os peixes ficam presos o pescador faz barulho para afugentá-los; logo em seguida, a rede é recolhida. **Antigamente, eram fabricadas armadilhas artesanais, como os covos e jiquis.** A tarrafa é usada por um só pescador que a joga e, em seguida, a recolhe. Esse processo pode ser feito tanto na beira, como no meio do rio, com canoas.

A prática da *troca de dias* é feita entre pessoas que moram nas proximidades e que são parentes consanguíneos, afins ou ligados através do compadrio. Serve para atividades agrícolas que precisam de grande esforço nas etapas de plantio e colheita, principalmente com o arroz e o milho. Vizinhos e parentes são convidados a participar do trabalho, o que cria o compromisso de retribuir, quando necessário. Quanto maior o número de pessoas trabalhando em uma mesma plantação, mais rápido o trabalho termina e elas seguem para suas próprias roças. O auxílio mútuo em casos de necessidade é outro forte sinal da solidariedade característica no Quilombo de Ivaporunduva.

Outro modo de firmar laços com o território se dá pelo casamento, que recria alianças internamente e também entre os quilombolas do Vale do Ribeira. O parentesco forma alianças entre os vários quilombos, unindo tanto lugares próximos quanto os mais distantes.

Conhecimentos e tradições

O quilombo tem uma forte tradição de artesanato de fibras naturais, trançadas para produção de utensílios. Os artesãos usam fibras de bananeira, taquara, cipó timbopeva, cipó imbé, palha de milho, taboa, piri e uvá. No arremate, usam a *imbira coxeadada*, ou seja, enrolada na perna para ser fiada. A imbira é feita com a casca de algumas árvores, como a embaúba e a palmeira tucum.

Os utensílios fabricados são: apá, peneira, balaio, cesto, jacá, tipiti, esteira, chapéu, vassoura, cesto de embalar criança, covo, jiqui e pari. Além de serem usados nas atividades cotidianas, esses artefatos são vendidos em feiras e para turistas e visitantes, como forma de complementação da renda familiar.



Tecendo as amarrações da fibra de taboa já seca, Quilombo Ivaporunduva. Foto: Felipe Leal/ISA, 2006

Das várias celebrações que acontecem no quilombo, as mais importantes são a festa de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos, a festa de Santo Antônio, a festa de São João e a festa de São Sebastião. A festa de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos, padroeira de Ivaporunduva, tem especial importância, pois a devoção à santa vem desde o tempo da escravidão. A capela foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) do estado de São Paulo, conferindo proteção especial e reconhecimento da capela como patrimônio histórico.

A Igreja era tudo de taipa, telha de barro, dizem que foi construída na era dos escravos e acabada no tempo da abolição da escravatura. Mas, hoje em dia, já tem uma parte da alvenaria, as travessas e as telhas foram mudadas, porque como boa parte da sua construção original, quando foi feita a restauração já estava deteriorada. (Vandir Rodrigues. Fonte: Inventário Cultural do Vale do Ribeira, ISA, 2013).

Toda a comunidade se mobiliza para os preparativos da festa, que acontece no sábado seguinte ao dia da santa, dia 8 de outubro. As comemorações começam com uma procissão que parte da igreja e nela termina. Ao fim do cortejo, a santa é posta no chão e, em seguida, reza-se a missa afro, acompanhada por atabaque, timba, pandeiro, berimbau e violão. Ao fim da missa, é feita uma quermesse com pratos como a mandioca frita, a banana frita, o bolo de fubá, o cuscuz de arroz, a cana, a batata-doce, o pão caseiro, o biju e o cará-de-espinho.



Moradores de outras comunidades vêm participar dos festejos, especialmente os que moram nos quilombos de Galvão, São Pedro, Sapatu, Nhunguara e André Lopes.

Antigamente eram três dias de festa, vinham pessoas de várias comunidades e faziam várias barraquinhas onde as famílias ficavam durante a festa, a procissão era feita por trilha em volta da vila, os porcos e galinhas eram daqui. Não era bingo que tinha, era leilão. O baile era com luz de vela e fifó (bambu com querosene dentro e uma tocha de pano aceso em cima). Quem tocava e cantava eram pessoas daqui mesmo. (Antônia Rosalina Lopes, mesma fonte)

Algumas danças, apesar de não acontecerem mais, permanecem na memória. É o caso da Cana Verde, do Fandango, da Mão Esquerda, do Xote Balanceado e da Monada. A dança Cana Verde é descrita pela moradora da comunidade Narcisa Vieira:

O casal dança separado em frente um do outro, vai pra frente e pra trás. Quando os dois vêm pra frente, eles fazem tipo um cumprimento um com o outro. Igual quando vai cumprimentar o santo no altar. Ocorria durante o baile, e tinha viola, pandeiro, violão, cavaquinho, reque-reque feito de bambu. Em Ivaporunduva não se dança mais dessa maneira há pelo menos 20 anos. (Idem)

Barragens e Parques Estaduais

Além de Ivaporunduva, existem dezenas de outras comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, unidas na luta pela titulação de suas terras. Essa mobilização singular teve início nos anos 1980, quando os quilombolas do Ribeira somaram forças contra a construção de quatro hidrelétricas na região. Mais tarde, devido ao aumento das restrições de uso do bioma mata atlântica e a criação de Unidades de Conservação no Vale, passaram a se articular pela liberdade de cultivo tradicional e pela valorização de seus conhecimentos sobre a terra.

Desde então, ainda mais orgulhosos de seus laços históricos e cada vez mais engajados na defesa de seus interesses, os quilombolas do Ribeira desenvolveram em conjunto inúmeras iniciativas, com destaque para seus programas de turismo de base comunitária, o inventário de suas expressões culturais, o projeto de repovoamento do palmito-juçara, o projeto de cultivo de bananas orgânicas e o fortalecimento da agrobiodiversidade de roças e quintais e da comercialização desses produtos através de uma cooperativa criada por eles em 2012. Com tantos resultados expressivos, os Quilombos do Vale do Ribeira têm se transformado em um exemplo nacional de união e de fortalecimento das comunidades quilombolas em busca de soluções conjuntas para seus problemas políticos, econômicos e socioambientais.

A luta dos quilombos do Vale do Ribeira contra as barragens começou depois da concessão para a exploração dos recursos energéticos do Rio Ribeira do Iguape para a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). No início da década de 1990, o governo federal aprovou o projeto denominado “Inventário Hidroelétrico da Bacia do Rio Ribeira do Iguape”, que prevê a construção de quatro hidrelétricas que inundariam 11 mil hectares do Vale do Ribeira, entre os quais estão territórios quilombolas, terras de pequenos agricultores, importante patrimônio espeleológico (cavernas) e, inclusive, parte das unidades de conservação. **Em 1991, as comunidades ameaçadas pela construção das barragens se organizaram e criaram o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB). Desde sua**

criação, o MOAB tem se mobilizado para impedir a construção dessas hidrelétricas.

A Área de Preservação Ambiental (APA) da Serra do Mar, criada em 1984, abrangeu 11 municípios e praticamente toda a região ocupada pelas comunidades quilombolas. Nessa área, a agricultura passou a ser permitida apenas com um plano de manejo específico e a emissão de uma licença pelo órgão fiscalizador, expedida com base no título da propriedade ocupada.

Como não tinham o título da terra, os quilombolas do Vale do Ribeira tiveram sua principal atividade limitada pelas restrições ambientais. Isso se agravou após a criação, em 1995, do Parque Estadual Intervales, uma unidade de conservação de proteção integral, cujas regras são ainda mais restritivas do que a APA. A área de sobreposição abrangeu as comunidades de São Pedro, Maria Rosa, Pilões, Pedro Cubas e Ivaporunduva, cobrindo cerca de 31,77% do território ocupado por essas comunidades.

Em Ivaporunduva, as restrições dificultaram a prática da agricultura de coivara, limitando radicalmente o espaço e o tempo de descanso da terra. Ao liberar o cultivo apenas nas capoeiras de até um ano e meio de formação, não se respeitava o intervalo necessário de descanso do solo. Quanto mais recente a capoeira, maior a necessidade de limpeza do terreno durante o período de cultivo, o que causa um enorme desgaste para a manutenção das plantações. Além disso, esse solo esgota suas possibilidades mais rapidamente, não podendo ser cultivado por mais que dois anos. Quando a fertilidade do solo é esgotada, ele é tomado pelo capim sereno, que impede um novo crescimento da capoeira no terreno desmatado. Antes das restrições dos parques, o crescimento desse capim era facilmente controlado pelos animais que ali pastavam.

Com essas mudanças, a extração do palmito juçara para a venda passou a ser uma alternativa de sobrevivência para as comunidades do Vale do Ribeira. A extração do palmito requer a derrubada da palmeira. Algo que, se feito sistematicamente, tem enorme impacto nas áreas protegidas. **Quando era extraído apenas para o consumo local, o dano era muito menor e toda a palmeira**

era usada para fazer caibros e ripas para a cobertura das casas, entre outros aproveitamentos. Assim, as regras dos parques e APAs prejudicaram o próprio processo de preservação do ambiente, praticado pelos quilombolas.

Luta pelo território

Com o apoio da Procuradoria da República, da Paróquia de Eldorado e da Comissão Pró-Índio de São Paulo, os quilombolas conseguiram, em 1998, mudar o texto do decreto que criava a APA da Serra do Mar, excluindo as terras quilombolas. Em 6 de julho de 2001, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou a lei 10.850, que alterou os limites dos Parques Estaduais de Jacupiranga e Intervales “visando o reconhecimento da aquisição do domínio das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos”. Com isso, as áreas ocupadas pelo Quilombo de Ivaporunduva, bem como Pilões, Maria Rosa, São Pedro e Pedro Cubas, ficaram excluídas dos limites do Parque Estadual Intervales. No entanto, permaneceram integrando a Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar e passaram a seguir regulamentação específica, garantindo-se o uso e ocupação pelos quilombolas.

Em 2008 foi promulgada a lei estadual 12.810 alterando a redação da lei 10.850, instituindo o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e mudando os limites do Parque Estadual Jacupiranga, criado em 1969. Essa nova configuração passou a reconhecer os quilombos do Vale do Ribeira integrados ao corredor biológico que interliga o Alto e o Médio Vale do Ribeira.

Os quilombos do Vale do Ribeira se tornaram atores importantes na luta pela preservação desse importante reduto de Mata Atlântica e buscam impedir o avanço de projetos que intensificam os problemas fundiários, como a ameaça das barragens, o crescente desmatamento por terceiros nas áreas de preservação permanente, principalmente nas matas ciliares, o aumento dos projetos de mineração e a monocultura de banana e pínus.

Ivaporunduva foi a primeira comunidade do estado de São Paulo a se organizar para reivindicar o reconhecimento como quilombo. Criada em 1994, a Associação Quilombo de Ivaporunduva entrou com uma Ação Declaratória na Justiça Federal requerendo a declaração como quilombo e a emissão do título de suas terras. Em 2003 foi proferida a sentença julgando procedente a ação. A decisão final veio em 2008, ratificando esta sentença e em 2010 houve o registro das terras em nome da Associação no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eldorado.

Com a ajuda do Instituto Socioambiental, o Quilombo de Ivaporunduva desenvolve um projeto de conservação que abrange várias comunidades do Vale do Ribeira. Esse projeto promove a recuperação do palmito juçara. Com isso, Ivaporunduva possui a maior área de repovoamento de palmito do Vale do Ribeira.



Mutirão para repovoamento do palmito-juçara no Quilombo de Ivaporunduva. Foto: Fábio Zanirato/ISA, 2006

Esta narrativa foi composta por Mariana Gonçalves Frizero, com base no Relatório Técnico Científico da Comunidade Ivaporunduva elaborado em 1998 pela antropóloga Cleyde Rodrigues Amorim. As fotos foram cedidas por seus autores e foram publicadas originalmente no Inventário de Referências Culturais Quilombolas do Vale do Rio Ribeira do Iguape, Instituto Socioambiental, 2013; e na Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, Instituto Socioambiental, 2008. Informações adicionais foram obtidas dessas duas publicações do ISA, e do site: Comissão Pró-Índio de São Paulo http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/sp/home_sp_ribeira.html.

Uma palavra da comunidade Ivaporunduva

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Ivaporunduva está localizada na zona rural do município de Eldorado, à esquerda do Rio Ribeira de Iguape, e é reconhecida por sua liderança na questão quilombola. Contando com pelo menos 400 anos de existência, de acordo com os relatos e levantamentos históricos, foi reconhecida pelo ITESP em 1998 e teve suas terras em áreas públicas tituladas pelo estado em 2003.

O processo de reconhecimento e de titulação teve início em 1994, por iniciativa da comunidade, mesmo antes da existência da legislação atual. A comunidade foi também reconhecida, em 1997, pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Esse título não pôde ser registrado em cartório por extrapolar as competências da FCP. Por fim, a comunidade foi totalmente reconhecida e titulada pelo INCRA.

Anualmente, a comunidade comemora o registro do título definitivo durante a semana da consciência negra, por volta do dia 20/11, com uma celebração na qual participam as demais comunidades quilombolas e entidades apoiadoras.

Originária do primeiro ciclo do ouro, a comunidade ainda preserva sítios históricos da fase áurea da mineração na região. Os patrimônios históricos contam ainda com a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, datada de 1625, e dois cemitérios, sendo que o mais antigo, atualmente desativado, é considerado sagrado. Preservados juntamente com um belíssimo patrimônio ambiental formado por rios e mata atlântica intocada, representam importantes atrativos turísticos que movimentam a economia da comunidade.

Historicamente o quilombo teve importante papel na economia local e na formação da região, principalmente pela produção e fornecimento de alimentos, como carne de porco e arroz. Registram-se

conflitos com fazendeiros e tentativas de recaptura dos quilombolas para reescravizá-los. Esses conflitos alteraram a organização política e econômica da região, invertendo as posições.

Um decreto estadual de 1890 determinou o fechamento da escola da comunidade. O feito teve como consequência uma luta de mais de um século pelo direito à educação. A luta das comunidades levou à construção da Escola Chules Princesa, localizada no Quilombo André Lopes que atende os alunos das comunidades quilombolas da região. As comunidades ainda reivindicam um currículo diferenciado de acordo com os preceitos da Lei 10639/03 e da Resolução nº 8/12 do MEC que regulamenta a educação quilombola.

A comunidade também testemunhou outro momento histórico importante com a passagem do grupo do revolucionário Carlos Lamarca em suas terras, o que produziu mudanças na região. Na tentativa de facilitar o acesso para a captura dos grupos revolucionários, o governo da época determinou a abertura de estradas, pois o acesso era feito apenas pelo rio.

Organização social e política

As ações, projetos, atividades e demais assuntos da comunidade são definidos e autorizados nas assembleias da associação de moradores. É a associação que determina a forma de utilização da terra compartilhada coletivamente, assim como os demais empreendimentos instalados na comunidade.

Além dos cargos previstos para comporem a diretoria da associação, eleita a cada dois anos, conforme estatuto, a comunidade mantém coordenadores temáticos que respondem por áreas como turismo, artesanato, produção orgânica, dentre outros.

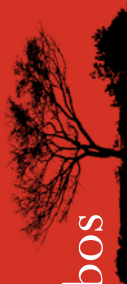
Iniciativas como a agroindústria de banana, a comercialização da banana orgânica, o artesanato, a pousada e o turismo rural de base comunitária foram apontados como bons exemplos de empreendimentos de economia solidária (tornando-se referência), pois envolvem e beneficiam todos os integrantes da comunidade.

Tradicionalmente, a comunidade realiza mutirões, tanto para o plantio e a colheita – quando são concluídos com festas e almoços coletivos para os participantes –, quanto para a organização de eventos, como a Festa em Louvor a N. Sra. do Rosário, em outubro. Os mutirões são também realizados em outros momentos, como na manutenção dos patrimônios históricos, no atendimento de famílias necessitadas, na recepção de visitantes, na realização de celebrações, dentre outras situações. Assim é o cotidiano do Quilombo Iva-
porunduva.



Cozinha de pau a pique sendo construída no Quilombo de Iva-
porunduva. Foto: Douglas Mansur

Este texto foi escrito por Elson Alves da Silva, quilombola da comunidade Iva-
porunduva.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves, Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro, Suely Virgínia dos Santos
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

F224qb Frizero, Mariana Gonçalves
Quilombo Ivaporunduva / Mariana Gonçalves Frizero. - Belo Horizonte :
FAFICH, 2016.

16 p.: il. (Terras de quilombos)
Baseado em Relatório Técnico Científico da Comunidade Ivaporunduva,
de Cleyde Rodrigues Amorim.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Amorim, Cleyde Rodrigues. Relatório
técnico científico da comunidade Ivaporunduva. I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e pre-concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais



Ministério do Desenvolvimento Agrário

